



AS REPRESENTAÇÕES CARTOGRÁFICAS E O TRABALHO DE CAMPO NO ENSINO DE GEOGRAFIA: O ESTUDO DA DIÁSPORA AFRICANA NO BAIRRO DA LIBERDADE EM SÃO PAULO

CARTOGRAPHIC REPRESENTATIONS AND FIELDWORK IN GEOGRAPHY TEACHING: THE STUDY OF THE AFRICAN DIASPORA IN THE LIBERTY DISTRICT OF SÃO PAULO

REPRESENTACIONES CARTOGRÁFICAS Y TRABAJO DE CAMPO EN LA ENSEÑANZA DE LA GEOGRAFÍA: EL ESTUDIO DE LA DIÁSPORA AFRICANA EN EL BARRIO LIBERTAD DE SÃO PAULO

Mateus de Sousa Nonato

Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil, mateusdsnonato@usp.br

Ayana Kissi Meira de Medeiros

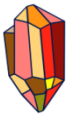
Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil, ayanakissi@usp.br

Paula Cristiane Strina Juliasz

Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil, paulacsj@usp.br

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar o papel dos mapas no trabalho de campo em contexto de ensino-aprendizagem em uma turma dos anos finais do Ensino Fundamental. Para o desenvolvimento da pesquisa, os mapas apresentam-se como instrumentos de investigação de modo que a sobreposição de camadas dos espaços-tempos no território urbano revelam as transformações da paisagem. Delimitamos o bairro da Liberdade na cidade de São Paulo enquanto expressão do apagamento histórico-geográfico afro-brasileiro como processo da necropolítica e a sua consequência da urbanização. Utilizando-se dos mapas antigos da cidade e mapas mentais feitos pelos estudantes, mobilizou-se a concepção de representações sociais e procurou-se envolver o movimento catártico dos alunos, obtendo resultados no raciocínio cartográfico e compreensão dos geossímbolos da territorialização indígena-negra. Da filosofia pedagógica, abordamos a perspectiva Histórico-crítica da valorização do sujeito como agente transformador trazendo o olhar da subversão racial no bairro da Liberdade. A pesquisa fundamenta-se na metodologia qualitativa sobre o estudo da cidade e sua formação social, racial, espacial e territorial por meio do raciocínio fenomenológico, buscando a essência do racismo na cidade e a consciência na perspectiva educacional antirracista.

Palavras-chave: necropolítica; geossímbolos; raciocínio-espacial; subversão dos mapas.



Abstract: The aim of this article is to analyze the role of maps in fieldwork in a teaching-learning context in a class in the final years of elementary school. For the development of the research, maps are presented as research tools so that the overlapping layers of space-time in the urban territory reveal the transformations of the landscape. We delimited the Liberdade neighbourhood in the city of São Paulo as an expression of Afro-Brazilian historical-geographical erasure as a process of necropolitics and its consequence of urbanization. Using old maps of the city and mental maps made by the students, we mobilized the concept of social representations and tried to involve the students' cathartic movement, obtaining results in cartographic reasoning and understanding of the geosymbols of indigenous-black territorialization. From the pedagogical philosophy, we approached the Historical-Critical perspective of valuing the subject as a transforming agent, bringing the look of racial subversion in the Liberdade neighborhood. The research is based on the qualitative methodology of studying the city and its social, racial, spatial and territorial formation through phenomenological reasoning, seeking the essence of racism in the city and awareness from an anti-racist educational perspective.

Keywords: necropolitics; geosymbols; spatial reasoning; subversion of maps.

Resumen: El objetivo de este artículo es analizar el papel de los mapas en el trabajo de campo en un contexto de enseñanza-aprendizaje en una clase de los últimos cursos de primaria. Para llevar a cabo la investigación, los mapas se presentan como herramientas de investigación para que las capas superpuestas de espacio-tiempo en el territorio urbano revelen las transformaciones del paisaje. Delimitamos el barrio de Liberdade en la ciudad de São Paulo como expresión del borrado histórico-geográfico afrobrasileño como proceso de necropolítica y su consecuencia de urbanización. Utilizando mapas antiguos de la ciudad y mapas mentales elaborados por los alumnos, movilizamos el concepto de representaciones sociales e intentamos involucrar el movimiento catártico de los alumnos, obteniendo resultados en el razonamiento cartográfico y en la comprensión de los geosímbolos de la territorialización indígena-negra. Desde la filosofía pedagógica, abordamos la perspectiva Histórico-Crítica de valorización del sujeto como agente transformador, aportando una mirada a la subversión racial en el barrio de Liberdade. La investigación se basa en la metodología cualitativa de estudio de la ciudad y su formación social, racial, espacial y territorial a través del razonamiento fenomenológico, buscando la esencia del racismo en la ciudad y la concienciación desde una perspectiva educativa antirracista.

Palabras clave: necropolítica; geosímbolos; razonamiento espacial; subversión de los mapas.

Introdução

O estudo da cidade e suas dinâmicas espaciais engendram uma determinada configuração territorial que se relaciona ao cotidiano considerando aspectos políticos e sociais enraizados nas relações raciais. A reflexão sobre o processo de urbanização ocorrido no bairro da Liberdade é ponto central deste artigo, no qual analisamos a organização territorial pelo Estado no período dos séculos XVI-XIX na qual prevalecia o seu poder, pautando-se nos instrumentos da religiosidade, criminalidade, punição e execução.

A forma como a configuração da paisagem se faz presente atualmente neste bairro demonstra a sobreposição de tempos, de modo que a memória material se torna sufocada pelas novas construções e novas lógicas de acúmulo do capital e produção do espaço. Essa memória pode ser mobilizada por meio dos mapas enquanto documentos de registro sobre a organização espacial para pensar o modo pelo qual se planejava a cidade e como podemos debater o apagamento da memória material no ensino de Geografia.

No caso do bairro Liberdade, encontram-se patrimônios culturais materiais dos vestígios do território negro, estabelecido por pontos como a estátua da Madrinha Eunice na praça Liberdade África-Japão, a igreja Santa Cruz das Almas dos Enforcados, a Capela Nossa Senhora dos Aflitos, a placa do Departamento de Patrimônio Histórico de São Paulo (DPH) indicando o antigo Pelourinho em frente ao Fórum João Mendes, e por fim a forma imaterial como o antigo Morro da Forca e a demolição da antiga Igreja Nossa Senhora dos Remédios. Para a desocultação da realidade e da compreensão da configuração urbana, a educação geográfica, com base no desenvolvimento do pensamento crítico, pode desenvolver alguns caminhos que reconheçam as estratégias de apagamento da população negra.

Esse contexto fundamentou o delineamento da pesquisa de Iniciação Científica, possibilitando a apresentação no XIII Colóquio de Cartografia para crianças e escolares. A pesquisa teve como foco investigar a potencialidade no trabalho de campo para o ensino de Geografia por meio da leitura de mapas temáticos e sua construção do território, atento ao olhar crítico da Geografia urbana apoiado na estrutura da pedagogia histórico-crítica em função do pensamento decolonial. Este artigo é resultado desta pesquisa que trouxe o objetivo discutir e analisar os mapas mentais após o trabalho de campo no bairro da Liberdade, sendo desenvolvido por 35 estudantes em uma turma do 7º ano na Escola Municipal de Ensino Fundamental José Figueiredo Ferraz, localizada no bairro de Itaquera na cidade de São Paulo.

A cidade de São Paulo e o apagamento da população negra

A hierarquização racial serviu de orientação para a valorização e produção de subalternização por meio de movimentos diaspóricos das religiões de matrizes africanas, sofrendo constante violência física e simbólica no Brasil. Em função da discriminação e do racismo, exclui tanto a existência da escravidão na cidade, quanto a memória negra pertinente para o valor cultural material. Para o aspecto da cidade de São Paulo sobre o processo da urbanização e suas marcas histórico-geográficas, torna-se necessário compreender que o crescimento político, econômico, social e espacial corresponde ao acúmulo do capital primitivo proporcionado na escravidão transatlântica. Os horrores da escravidão estão submersos na paisagem do bairro por causa do planejamento urbano exemplificado pela turistificação asiática, ocultando a colonização.

A questão da raça é proeminente na racionalidade do sujeito positivado¹ no espaço histórico e geográfico estando presente no pensamento ocidental (lógica colonial) como caráter de dominação, de acordo com Mbembe (2018, p. 18) “referindo-se tanto a essa presença atemporal como ao caráter espectral do mundo da raça como um todo”. Com isso, o racismo é a manutenção da tecnologia do biopoder em sua economia impulsionada pela política, sendo o próprio Estado o agente regularizador da morte. Na percepção de David W. Bates (2002), o Estado atuava no erro do cidadão e no crime mediante o medo, o que pode ser verificado no processo de formação da cidade de São Paulo nos séculos XVI-XIX por meio da existência da forca e do pelourinho como instrumentos do próprio Estado.

A violência, aqui, torna-se um componente da etiqueta em como dar chicotadas [representação do Pelourinho na cidade de São Paulo] ou tirar a vida [Morro da Forca em São Paulo] do escravizado: um capricho ou um ato de pura destruição visando incutir o terror. A vida do escravo, em muitos aspectos, é uma forma de morte-em-vida (Mbembe, 2018, p.29, inserção nossa).

A estrutura da colonização necessitava da Geografia no contexto humano e sua apropriação física da espacialidade. Nesse sentido, “a ocupação colonial em si era uma questão de apreensão, demarcação e afirmação do controle físico e geográfico – inscrever sobre o terreno um novo conjunto de relações sociais e espaciais” (Mbembe, 2018, p. 38). O espaço era, portanto, a matéria-prima da soberania e da violência que a colonização carregava consigo. Soberania significa ocupação, e ocupação significa relegar o colonizado a uma terceira zona, entre o estatuto de sujeito e objeto. Entendendo o conceito da necropolítica,

¹ O sujeito é respondente de normas jurídicas se opondo ao direito natural, ou seja, o sujeito é forçado.

compreendemos como a nossa cidade foi formada por meio da violência que não podemos esquecer e apagar no espaço-tempo. Para isso, procuramos o entendimento da escravidão para uma contraproposta filosófica do não esquecimento da diáspora negra.

Quando estudamos a diáspora negra enquanto migração forçada durante quase quatro séculos (séculos XVI-XIX) com a atenção e dedicação em destacar e dimensionar as distintas culturas (etnias, formas de organização espacial, técnicas, conhecimentos, crenças, aspectos linguísticos, entre outros), que passaram a integrar o Brasil, concebemos que ‘o Brasil é africano’ e não podemos negá-lo. De acordo com Anjos (2011), os movimentos afrodiáspóricos (escravidão) referem-se aos grupos sociais africanos proeminentes na formação afro-brasileira, por exemplo: Minas, Congos, Ombundos, Bacongos, Ovibundos, Monjolos, Balundos, Jejes, Angolas, Anjicos, Lundas, Quetos, Hauças, Fulas, Ijexás, Jalofos, Mandingas, Anagôs, Fons, Ardas, entre outros (Anjos, 2011, p. 268).

A política organizacional do território reuniu o controle político legalmente dos corpos negros em seu formato simbólico da estrutura social da escravidão no espaço urbano, com isso corroboraram com a conservação do sistema escravista e sua permanência na colonização. Segundo a autora Oliveira (2020, p. 87) “o corpo era punido, com a intenção de dominação concreta e subjetiva da coletividade, a arte de reter a vida no sofrimento”. Essa discussão nos leva a construir a seguinte pergunta: por que precisamos reconhecer esse território afro-brasileiro e seus vestígios expressos por patrimônios culturais, sabendo que durante o seu processo histórico-geográfico foi algo demarcado como resultado perverso em nossa sociedade?

Por uma sugestão de resposta não precisamos admirar as barbaridades que foram positivadas na antiga sociedade, em contrapartida, não significa que precisamos apagar esse território em nossas memórias e transformá-los em algo bom. A construção da visibilidade do racismo na cidade de São Paulo e as manifestações socioculturais negras encaminham-se para uma nova interpretação de mundos. Compreende-se a necessidade em se reconhecer esses apagamentos, mapeá-los e criar condições para que possamos conhecê-los, marcá-los e ensiná-los dentro da sala de aula.

A Cartografia histórica, trabalho de campo e mapas afetivos

Os mapas, enquanto linguagem, concretizam uma ideia, um pensamento sobre o espaço e a concepção do modo cartográfico está correlacionado aos arranjos culturais e tecnológicos construídos socialmente. Desenvolvemos o artigo com base na concepção da diversidade de mapas conforme o livro *Cartografia e tecnologias digitais: novas abordagens e linguagens para a sala de aula* (Canto, 2022), que se considera a função social destes instrumentos e a existência de diferentes mapeadores, de modo que podemos problematizar e transgredir a visão apenas técnica da cartografia.

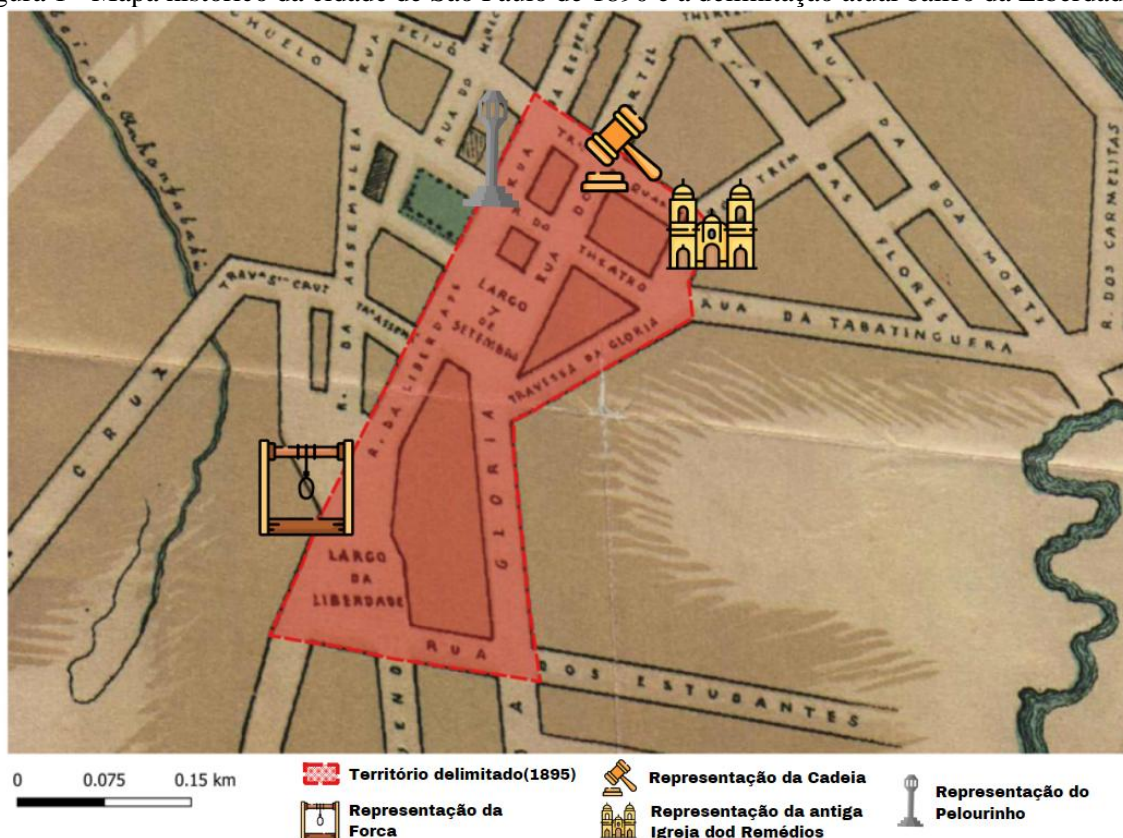
A lógica linear da cartografia e falta de sentido na comparação de mapas em diversas épocas estando na mesma geometria de forma cronológica privilegiando a permanência da técnica. A cartografia é vista como exatidão sem dicotomias na interpretação de mapas de forma objetiva, ao nosso ver os mapas são apenas a visão cartesiana. Dessa forma, os mapas são referidos apenas pela sua geometria e localização estabelecido pela sua técnica “o passado progressivo da cartografia sempre estará evidente quando colocarmos, lado a lado, dois mapas da mesma região, mas de eras diferentes (Edney, 1993, p. 55, tradução de Canto, 2022 p. 49).

A compreensão da organização do espaço a partir da estrutura racial da sociedade nos mobiliza a analisar, por meio dos mapas, as transformações da cidade de São Paulo. Desta forma, interpretamos e enfatizamos os fatores culturais inexistentes nos mapas produzidos na época, tornando a questão temporal e sua recolocação espacial - afinal os mapas antigos da cidade de São Paulo não compõem a capela dos Aflitos, porém regularmente enfatizam a existência do cemitério e a cadeia demonstrando o tipo e interesse do cartógrafo em demarcar os instrumentos do Estado - necessários para a visibilidade da população e de um passado que estruturou a sociedade.

As relações sociais são a arena dos mapas como instrumentos do poder empunhado pelo Estado, pelas elites educadas e com terras, pelos oficiais do exército, pelos planejadores urbanos, pelos revolucionários, e pelos ativistas comunitários. As relações sociais ligam o indivíduo cartográfico não apenas a uma sociedade mais ampla, mas também à hierarquia imediata dentro da qual os mapas são feitos e usados (Edney, 1993, p. 58, tradução de Canto, 2022 p. 52).

Partimos da concepção da não linearidade dos mapas, procuramos plantas antigas da cidade de São Paulo e delimitamos o território negro no atual bairro da Liberdade (Figura 1).

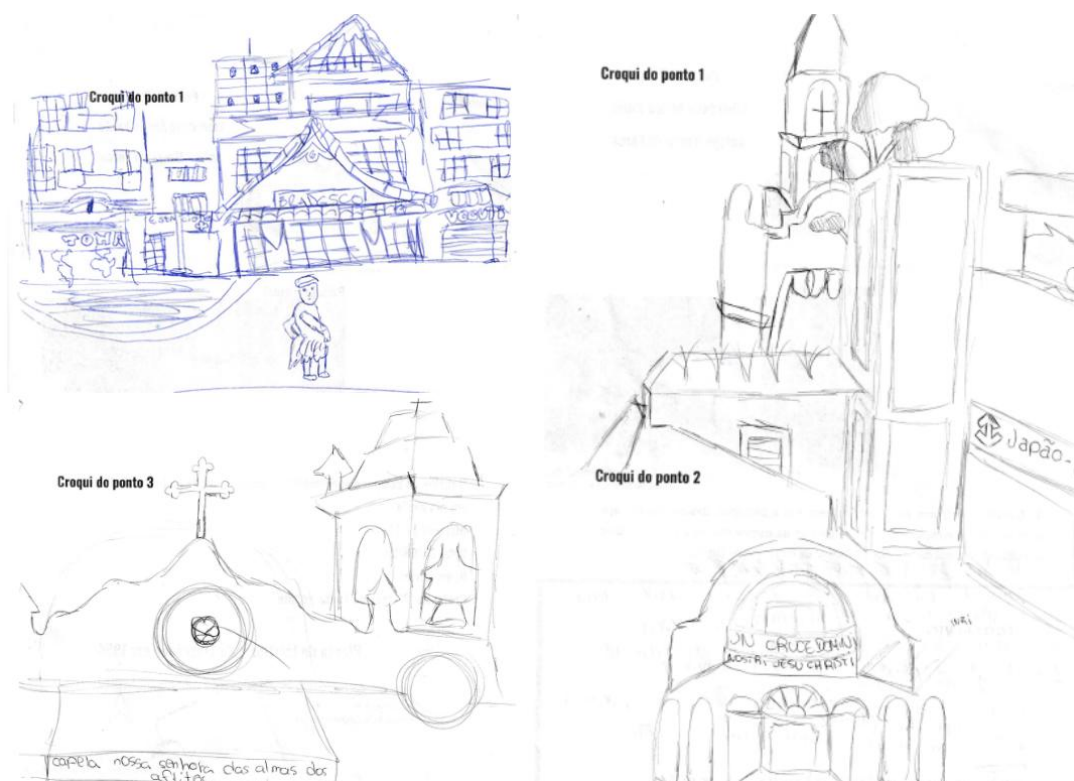
Figura 1 - Mapa histórico da cidade de São Paulo de 1890 e a delimitação atual bairro da Liberdade



Fonte: elaborado pelo primeiro autor, a partir de dados históricos demográficos do Município de São Paulo (2023).

O instrumento de pesquisa consistiu em atividades de ensino fundamentadas na pedagogia Histórico-Crítica (Saviani, 2011; Gasparin, 2012) e no papel do trabalho de campo na análise geográfica (Serpa, 2006). Estabelecemos três etapas fundamentais: 1) aulas dialogadas sobre o estudo da cidade de São Paulo e sua Cartografia, a História e a Geografia negra do território negro na Liberdade; 2) o trabalho de campo com os alunos para a vivência dos espaços-tempos indo além da sala de aula, utilizando materiais como fotografia, mapas antigos, falas expositivas dos professores, desenhos de croqui para atingir o olhar clínico da paisagem, fotografias na visão oblíqua e registro na caderneta de campo (Figura 2) das paisagens entre outros; 3) momento cartático com a elaboração de mapas mentais com representações dos geossímbolos da escravidão e da permanência negra no bairro.

Figura 2 - Croquis elaborados pelos alunos durante o trabalho de campo



Fonte: dados da pesquisa (2023).

A primeira etapa foi organizada em três aulas baseadas nos conceitos geográficos de paisagem e território, tendo como base teórica o livro “Metamorfoses do espaço habitado” (Santos, 2014). As aulas foram desenvolvidas em uma turma do 7º ano, na escola EMEF José Figueiredo Ferraz, com cerca de 35 alunos. Com base na pedagogia Histórico-Crítica e na Geografia Crítica, estabelecemos a concepção do estudo do espaço urbano em questão da seguinte forma:

- Prática social: compreensão da materialidade e imaterialidade da construção urbana.
- Problematização: o apagamento da população negra na paisagem como forma de mobilizar a Educação Antirracista no estudo do espaço urbano nas aulas de Geografia.
- Instrumentalização: conceitos geográficos paisagem e território, conceitos espaciais de localização, forma, estrutura, função e processo, conceitos sócio-raciais da diáspora negra, racismo.
- Catarse: reconhecer a população negra como parte constituinte do bairro Liberdade e os processos de violência e apagamento.

Na primeira etapa metodológica, para desencadear e dar início ao diálogo entre os participantes, lançamos a pergunta ‘o que é paisagem?’ Essa pergunta foi orientadora para o conceito de paisagem, nisso surgiram frases como “paisagem não necessariamente é algo bonito”, “paisagem é tudo que vemos no horizonte”, “paisagem é um lugar bonito” entre outros. Desse modo, trabalhamos os tipos de paisagem e sua forma e função na cidade de São Paulo como aspecto dinâmico.

Para o ensino de geografia, compreendemos que há a necessidade de trabalhar o espaço, sua acumulação histórica e seus sujeitos, o que nos leva a um mosaico, constituído nos processos sociais, de paisagens e sua correlação de formas, funções e sensações (Nonato; Juliasz, 2023, p. 339).

Após a revisão do conceito de paisagem estabelecido na primeira aula, seguimos para a segunda aula e levantamos a seguinte questão 'o que é território? Os alunos apresentaram respostas que demonstraram um conhecimento sobre o território de forma crítica com argumentos políticos, físicos e discutiram também o território e a existência da propriedade privada, dos grupos de skatistas e questões de ordem geopolítica, mencionando a guerra entre Rússia e Ucrânia.

Dentro do espaço urbano total, não se pode avaliar isoladamente uma rua asfaltada, uma outra encascalhada e uma outra artéria inteiramente desprovida de obras públicas. Todas são, lá onde elas se encontram, uma manifestação local, mas íntegra, do desenvolvimento desigual e combinado na sociedade; e esta, a sociedade total, constitui o seu único padrão de avaliação e de valor (Santos, 2012, p. 188).

Após o debate sobre os conceitos de paisagem e território e a apresentação da pesquisa, evidenciamos todo o processo de apagamento no bairro da Liberdade, trazendo o contexto social que os alunos estavam presentes com as seguintes perguntas: ‘você já foram no bairro da Liberdade?’ ‘Por que o nome Liberdade?’ ‘Ainda existe vestígios da escravidão?’ Além da composição histórica, apresentamos a cartografia do bairro da Liberdade do século XIX-XXI com mapas e plantas antigas da cidade de São Paulo. Entretanto, poucos alunos conheciam o bairro da Liberdade e havia um desconhecimento geral sobre os processos de urbanização e apagamento da diáspora negra no local, tornando-se muito mais relevante a pesquisa como estrutura no ensino de Geografia.

Na segunda etapa da metodologia, realizamos o trabalho de campo com os alunos no bairro da Liberdade, conforme o estudo histórico-geográfico do território e o roteiro de campo (Figura 3). Para a elaboração do mapa do roteiro de campo, as seguintes perguntas foram orientadoras: Como representar cartograficamente o visível e o invisível do bairro da

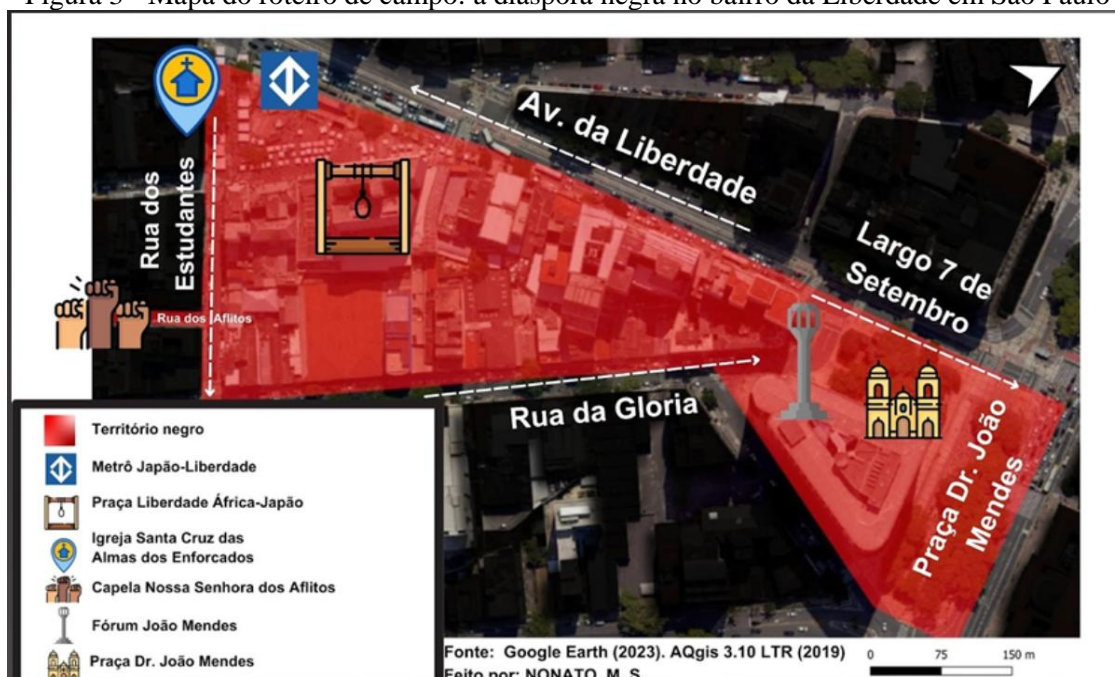
Liberdade? O que falam na cidade de São Paulo sobre o bairro da Liberdade? Entendemos que a cidade de São Paulo possui signos e símbolos que são demarcados pelo espaço-tempo.

Os geossímbolos são a representação subjetiva dos indivíduos marcada na cidade, ou seja, o precursor de políticas, religiosidades, culturas, etnias, raças, entre outros. A produção de símbolos na cidade de São Paulo é expressa por meio de gravuras determinadas por delimitação de territórios, por exemplo, o antigo Morro da Forca utilizado como símbolo da morte, e atualmente estando localizado na praça África-Japão tendo como símbolos a estátua da madrinha Eunice representando a escola de samba Lavapés e a imigração japonesa em São Paulo. Os símbolos são expressões, linguagens de resistência ao espaço urbano.

As linguagens, de certa forma, reorganizam o discurso de quem ocupa, de quem é desapropriado, de quem é beneficiado ou prejudicado. As linguagens, ao criar os discursos, são ferramentas poderosas na ocupação do espaço (Santos, 2018, p. 21).

Dessa forma, a elaboração do mapa (Figura 3) denomina a forma gráfica da representação de símbolos na antiga cidade de São Paulo e a concretização da cidade atual. O mapa apresenta o bairro da Liberdade com símbolos visíveis como as igrejas Santa Cruz das Almas dos Enforcados e a Capela dos Aflitos, e os símbolos invisíveis como a Igreja dos Remédios, antiga forca e o pelourinho.

Figura 3 - Mapa do roteiro de campo: a diáspora negra no bairro da Liberdade em São Paulo



Fonte: elaborado pelo primeiro autor (2023), a partir do Google Earth (2023) e Qgis 3.10 LTR (2019).

Com o objetivo de trabalhar a percepção dos sentidos ao analisarem as paisagens do território, foram utilizadas cadernetas de campo - elaboradas por nós - para que os alunos trabalhassem em dupla ou trio. Durante o campo os alunos se concentraram na produção do croqui e responderam às questões da caderneta de campo, demonstrando a potencialidade do trabalho de campo na cidade quando existe a problematização em que os sujeitos se arriscam na investigação.

Entretanto, no terceiro e último ponto visitado, tivemos uma reação inesperada. Ao chegarem na Capela dos Aflitos os alunos ficaram sensíveis ao ouvir histórias sobre a escravidão no local onde ocorreu, os alunos falaram algumas frases impactantes como “pra que mostrar isso professor?” “Por que precisamos ter esse passeio” “Para que entrar na igreja?” “Gente! vocês não sabem da história do Brasil?”.

Revelar a existência da escravidão para os alunos é direcionar a consciência do território negro. Durante o campo, observamos a sensibilidade dos sujeitos na violência da colonização ocultada pela cultura asiática no bairro. Trouxemos para os alunos os processos histórico-geográficos da formação da cidade de São Paulo. Desse modo, os alunos sentiram a presença da ancestralidade dos povos africanos e indígenas como se contassem as injustiças e o que jamais deveriam esquecer nos espaços-tempos. 11

A etapa final foi o movimento da cartase estabelecido pela prática social dos sujeitos, constituindo na elaboração de mapas mentais sobre as paisagens da escravidão e da cultura afro-brasileira no bairro da Liberdade, tendo como estímulo a descrição e o raciocínio como processo cognitivo, permitindo que o aluno amplie o olhar e comece a analisar os arranjos espaciais da paisagem descrita. Com o objetivo de conhecer os movimentos intelectivos acerca do vivido pela turma, propusemos um mapa mental como ferramenta para espacialização dos geossímbolos.

Os mapas mentais e as representações resultantes

Conduzindo o Brasil como continente plurirracial e como consequência da multicultural descendência africana, entendemos que vivenciamos conflitos territoriais implicados no período colonial até a modernidade. Os conflitos carregam o preconceito étnico-racial. Conforme Anjos (2011, p. 262), é indispensável o entendimento da formação espacial por meio da circulação de pessoas representada pela diáspora negra e sua identidade territorial.

Evidenciando o recorte da cidade de São Paulo no bairro da Liberdade, necessitamos

da investigação e delimitação desse território como materialidade indígena e africana e o reconhecimento de problemas estruturais do Estado, seja pela implementação de políticas públicas, reconhecimento de movimentos sociais educadores, a questão imobiliária e principalmente fatores históricos-geográficos na compreensão complexa da formação da cidade.

O território é na sua essência um fato físico, político, social, categorizável, possível de dimensionamento, onde geralmente, o Estado está presente e estão gravadas as referências culturais e simbólicas da população. Não podemos perder de vista que a geografia é a área do conhecimento que tem o compromisso de tornar o mundo e suas dinâmicas compreensíveis para a sociedade, de dar explicações para as transformações territoriais e de apontar soluções para uma melhor organização do espaço (Anjos, 2011, p. 262).

O intuito foi trabalhar com os alunos sobre as territorialidades afro e indígenas em sua composição social e espacial pelo método de enobrecimento do uso de mapas (temáticos, satélites, mentais) interligando com fenômenos geográficos se fez necessário. Entretanto, vale ressaltar que os mapas não são territórios, mas são fundamentais para a leitura gráfica do território delimitado politicamente.

Cada vez mais imprescindíveis, por constituírem, uma ponte entre os níveis de observação da realidade e a simplificação, a redução, a explicação e de pistas para a tomada de decisões e soluções dos problemas (Anjos, 2011, p. 262).

O mapa feito pelos alunos após o trabalho de campo tornou-se ferramenta de expressão sobre um pensamento espacial e também do conhecimento geográfico desenvolvido ao longo das aulas e da problematização posta na prática social. No viés metodológico, utilizamos a obra “O espaço geográfico: ensino e representação” (Almeida; Passini, 1989) para a leitura dos mapas. Nossa percepção do espaço mobiliza o raciocínio que envolve empirismo, afetividade e lógica matemática que são organizadas por “três momentos”: **tarefas obrigatórias** que estão correlacionadas às noções elementares na leitura de mapas como orientação, pontos de referências, localização, coordenadas em pontos de vistas, tamanho/comprimento entre outros; no segundo momento, temos **atividades de codificação do cotidiano** em que o sujeito determina a função simbólica e sua representação no espaço tendo em destaque a legenda do mapa; e por fim **a leitura propriamente dita** na qual o sujeito percebe a decodificação e a linguagem dos símbolos e nutre o mapa com conteúdos geográficos. Além disso, a utilização da matemática como sujeito mapeador e como as suas relações espaciais estão nos mapas mentais. Dessa forma, utilizamos as relações espaciais topológicas elementares (Almeida; Passini, 1989, p. 31-33):

- I. A relação de **vizinhança** é quando associamos aos objetos próximos que estão no mesmo plano, por exemplo a mesa da professora está ao lado da janela, o lixo da sala de aula fica atrás da porta, a escola fica ao lado da praça entre outros. Essa correlação entre objetos de diferentes dimensões é importante para a organização espacial do sujeito;
- II. A noção de **separação** é quando o sujeito percebe que os objetos estão separados e que pertencem ao mesmo plano, como a porta e as janelas estão na mesma parede, porém são separadas. Inclusive essa percepção de separação aumenta gradativamente conforme a idade;
- III. A relação de **ordem** sendo ocasionada pelo raciocínio de forma linear como anterior, intermediário e posterior, por exemplo, temos a porta, a parede do meio, e depois as janelas que pertencem à mesma parede;
- IV. A relação de **envolvimento** traz em destaque o conceito de ordem que tem vinculação com a separação e a noção de vizinhança demonstrando a sequência do raciocínio espacial.

As representações por meio dos mapas mentais se revelam como momento catártico, 13 no qual desenham elementos que foram internalizados sobre a problematização apresentada e discutida ao longo das duas etapas metodológicas, de modo que mobilizamos a relação entre materialidade e imaterialidade na prática social. Esta, por sua vez, torna-se diferente por meio do trabalho contextualizado e sistematizado da Educação Geográfica. A ausência dos elementos problematizados da prática social nos mapas mentais também revela a inserção e a aprendizagem dos estudantes nas atividades, pois revela a continuidade da negação e apagamento da população negra na construção do bairro da Liberdade.

As noções espaciais topológicas dos alunos designam as relações de vizinhança associadas aos objetos urbanos semelhantes ao plano da cartolina (material utilizado para confecção dos mapas mentais) como edifícios, a praça da Liberdade, ruas que interligam os pontos do roteiro, transportes na avenida principal em frente ao metrô. Entretanto, quando os alunos desenharam o mapa, compreendemos a relação de separação, que é quando objetos urbanos estão separados e que pertencem ao mesmo plano, como a Igreja dos Enforcados estando no plano da praça da Liberdade, porém separados pela rua dos Estudantes e a rua dos Aflitos, por exemplo, no mapa mental 1 (Figura 4) e mapa mental 2 (Figura 5) .

Figura 4 - Mapa mental 1 elaborado pelos alunos do 7º ano.



Fonte: dados da pesquisa (2023).

Ademais, a existência da correlação do envolvimento estabelecido entre a ordem, separação e vizinhança, que traz a forma invisível da paisagem como o Morro da Forca (Figura 4) e o Cemitério dos Aflitos (Figura 4), causando a relação da teoria da Geografia urbana e a prática do agente mapeador. 14

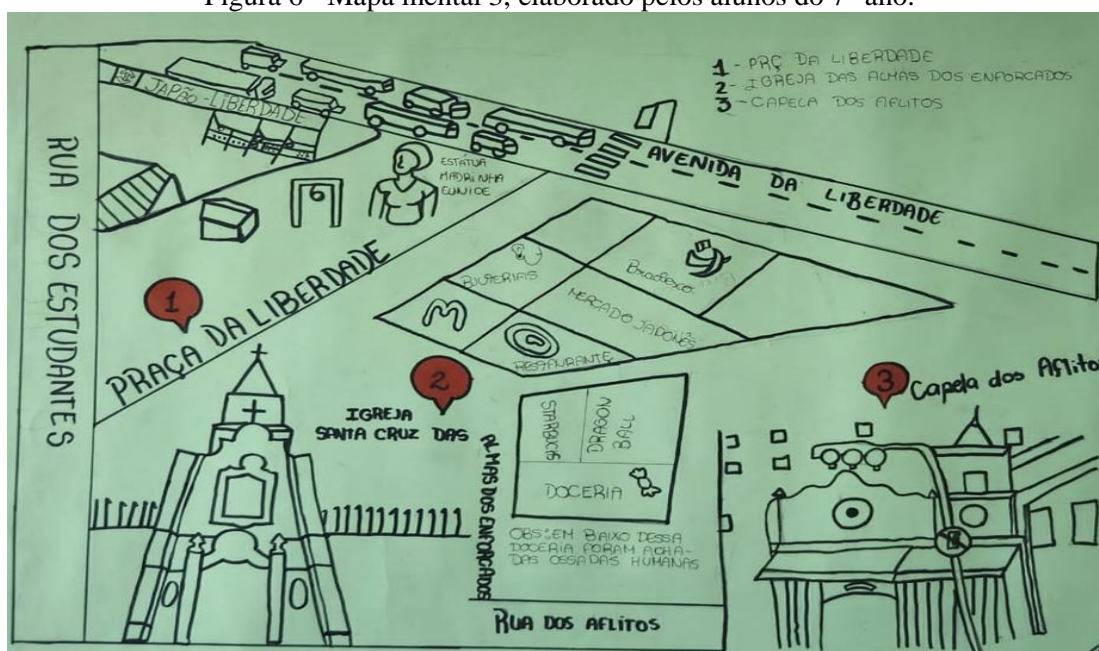
Figura 5 - Mapa mental 2, elaborado pelos alunos do 7º ano.



Fonte: dados da pesquisa (2023).

Em seguida notamos que os alunos determinaram a ordem dos objetos com os três pontos do roteiro de campo dentro do parâmetro da realidade e as relações topológicas no espacial, todavia, alguns grupos de alunos apresentaram “desordem” e a prática do “envolvimento”, exemplo no mapa mental 3 (Figura 6).

Figura 6 - Mapa mental 3, elaborado pelos alunos do 7º ano.

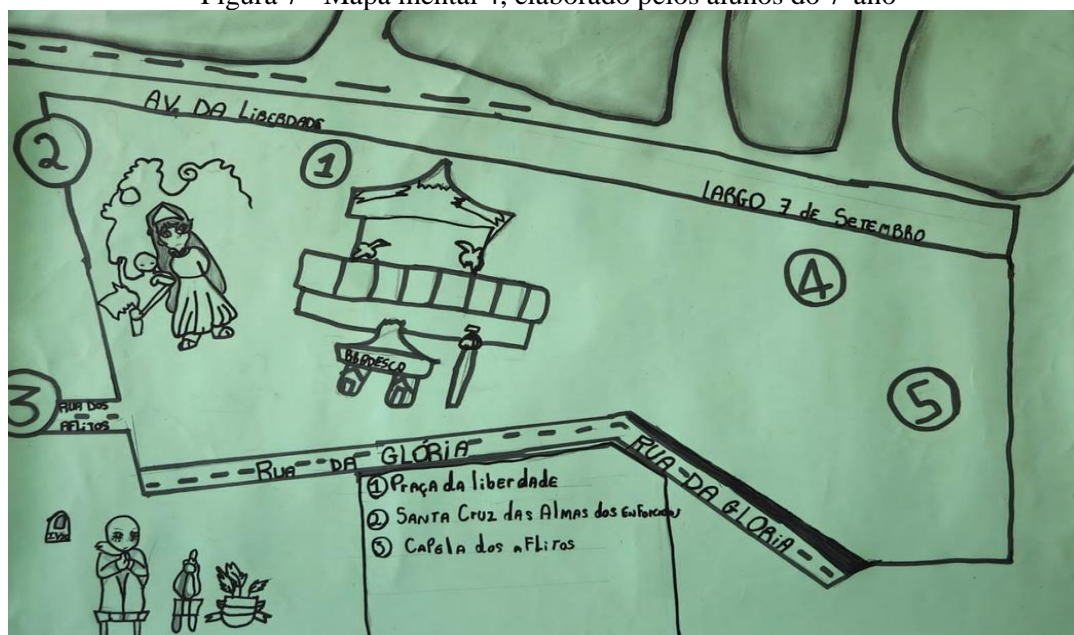


Fonte: dados da pesquisa (2023).

Além das relações topológicas dos mapas mentais, durante a atividade reforçamos para que os alunos adicionassem os geossímbolos da escravidão e a cultura afro-brasileira no bairro. A título de exemplo, os sujeitos que desenharam o mapa mental 1 coloriram a forca na praça da Liberdade, no mapa mental 2 temos a representação do Cemitério dos Aflitos e a estátua da Madrinha Eunice, já no caso do mapa mental 3, temos as representações dos três pontos do roteiro de campo com os vestígios da escravidão representado pela forca e a seguinte frase “em baixo dessa doceria foram encontrados ossos humanos” e a igreja das Almas dos Enforcados. Além disso, os mapas mentais 2 e 3 trazem o patrimônio da cultura afro-brasileira e juntamente com símbolos da imigração japonesa representado pelas lanternas.

Alguns mapas na representação dos geossímbolos sobre as paisagens da escravidão e da cultura afro-brasileira no bairro da Liberdade não foram evidenciados, e sim a exaltação da cultura japonesa, como no mapa mental 4 (Figura 7), o que nos levou para possíveis novas problematizações na pesquisa e as dificuldades de “subverter” o pensamento racista planejado para cidade de São Paulo.

Figura 7 - Mapa mental 4, elaborado pelos alunos do 7º ano



Fonte: dados da pesquisa (2023).

O mapa mental 4 revela a emergência do estudo de movimentos diaspóricos no bairro da Liberdade em São Paulo e suas escalas globais estabelecidas por séculos. De forma pragmática e estratégica, devemos contar outras histórias que demarcaram nosso território por intervenção de justiça racial, trazer o senso ético e estético, autoestima como indivíduo marcado pela nossa ancestralidade, a Cartografia como análise espacial e social dos territórios, e a constante problematização étnico-racial na cidade de São Paulo.

Portanto, construímos a permanência do nosso ser, saber e poder que afeta a nossa subconsciência como manutenção de nossas raízes do colonialismo e sua encruzilhada como uma afirmação da existência de novos mundos e sua dobra atemporal.

A educação é um fenômeno que, além de tão diverso quanto às formas de ser e praticar o mundo, por ser demasiadamente humano, está implicado a um dimensão ética de responsividade/responsabilidade com o outro. Ao longo da expansão do colonialismo, formas de gerenciamento da vida foram codificadas, perpetradas e programadas (Rufino, 2019 p. 74).

O mapa mental 4 expressa uma problemática que está enraizada nos alunos, e necessitamos trabalhar constantemente para a subversão do paradigma racista da cidade, e não é a negação da cultura asiática dentro do bairro, mas sim os espaços-tempos que marcaram as formas visíveis e invisíveis da paisagem.

Considerações finais

O mapa inserido nas atividades de ensino acerca das transformações urbanas fornece instrumentos para compreensão do território oculto. O mapa consiste em linguagem de visualização e leitura do espaço bem como instrumento de representação pelos participantes das atividades de ensino, alunos que pensam, questionam e são afetados em suas vivências. Observar os mapas mentais dos estudantes é entrar em contato com as representações gráficas e mentais sobre o espaço e o conteúdo problematizado. Desta forma, não há uma supervalorização da forma gráfica em detrimento do conteúdo, mobiliza-se o pensamento do espaço com o espaço e seus sujeitos.

Ressaltamos a necessidade de trabalhar o espaço, os processos históricos e seus sujeitos nas aulas de Geografia, o que nos leva a um mosaico, constituído nos processos sociais, de paisagens e sua correlação de formas, funções e sensações, as quais podem ser representadas nos mapas. Reconhecer o passado e sobrepor ao presente é mobilizar análises acerca das transformações ocorridas no território e as relações que promoveram tais mudanças e compreender as diferentes formas de representações e mapeamentos. No caso do bairro Liberdade, por mais que existam patrimônios culturais materiais e imateriais dos vestígios do território negro no bairro, é necessário reconhecer os apagamentos, mapeá-los e criar condições para que possamos ensiná-los em sala de aula.

17

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio a Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (Fapesp), cujo número do processo é 2022/07875-1. Além disso, a elaboração deste artigo objetivou a participação do XIII Colóquio de Cartografia para crianças e escolares com apresentação e publicação da pesquisa.

Referências

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. *Cartografia da diáspora África-Brasil*. Revista da ANPEGE, v. 7, n. 1, p. 261-274, 2011.

ALMEIDA, Rosângela Doin de; PASSINI, Elza Yasuko. *O espaço geográfico: ensino e representação*. São Paulo: Contexto, 1989.

CANTO, Tânia Seneme do. *Cartografia e tecnologias digitais novas abordagens e linguagens para a sala de aula*. 1. Ed. Curitiba: Editora CRV, 2022.

GASPARIN, João Luiz. *Uma didática para a pedagogia histórico-crítica*. 5. Ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

RUFINO, Luiz. *Pedagogia das Encruzilhadas*. 1. Ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

SANTOS, Mariza Fernandes dos. *Como ler a cidade? O geossímbolo como elemento das dinâmicas simbólicas do espaço urbano*. SIMPÓSIO INTEGRADO DE ESTUDOS TERRITORIAIS, 1: ENCONTRO DINÂMICAS TERRITORIAIS E POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO, 2018, Goiânia. *Anais [...]*. Goiânia, UFG, 2018, p. 18-22, 2018.

SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: Edusp, 2012.

SANTOS, Milton. *Metamorfozes do espaço habitado*. São Paulo: Edusp, 2014.

SANTOS, Renato Emerson dos. Sobre espacialidades das relações raciais: raça, racialidade e racismo no espaço urbano. In: SANTOS, Renato Emerson dos (org.). *Questões urbanas e racismo*. Brasília, Distrito Federal: Associação Brasileira de Pesquisadores Negros – ABPN; Petrópolis, RJ: DP et Alli, 2012. p. 36-67. (Coleção Negras e Negros: pesquisas e debates).

18

SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. São Paulo: Autores associados, 2021.

SERPA, Ângelo. *O trabalho de campo em geografia: uma abordagem teórico-metodológica*. Boletim Paulista de Geografia, n. 84, p. 7-24, 2006.

SOUSA NONATO, Mateus de; JULIASZ, Paula Cristiane Strina. *O apagamento da diáspora negra no bairro da liberdade em São Paulo: o trabalho de campo no ensino de Geografia*. In: ENCONTRO REGIONAL DE ENSINO DE GEOGRAFIA, 8. 2023, Campinas. *Anais [...]*. Campinas: Unicamp, 2023, p. 329-342.

Mateus de Sousa Nonato

Graduando em bacharelado e licenciatura no curso de Geografia na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Bolsista de iniciação científica pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado São Paulo (Fapesp) atuando em pesquisa sobre ensino de Geografia e educação antirracista no espaço urbano.

Endereço profissional: Avenida Professor Lineu Prestes, 338. Cidade Universitária - São Paulo – SP. CEP: 23914360.

E-mail: mateusdsnonato@usp.br

Ayana Kissi Meira de Medeiros

Mestranda em Geografia pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professora do Ensino Fundamental II e Ensino Médio na Prefeitura Municipal de São Paulo. Participa do Núcleo de Estudantes e Pesquisadoras Negras da Geografia da USP (NEPEN). Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia, atuando principalmente nos seguintes temas: valorização cultura africana, espacialidades, corpos negros e ensino de Geografia.

Endereço profissional: Avenida Professor Lineu Prestes, 338. Cidade Universitária - São Paulo – SP. CEP: 23914360

E-mail: ayanakissi@usp.br

Paula Cristiane Strina Juliasz

Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP), mestra e graduada (bacharel e licenciatura) em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP - Rio Claro). Professora Doutora do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH - USP), atuando na área de Ensino de Geografia.

Endereço profissional: Departamento de Geografia Secretaria do PPGH. Avenida Professor Lineu Prestes, 338. Cidade Universitária - São Paulo – SP. CEP: 23914360

Email: paulacsj@usp.br